
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**DECRETO Nº. 148 /2024 - FORMALIZA E REGULAMENTA A REDE DE
ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS
PALMEIRAS-PR.**

DECRETO Nº. 148 /2024

FORMALIZA E REGULAMENTA A REDE DE
ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR.

O SENHOR NELTON BRUM, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CONSIDERANDO o disposto nos artigos 23, 11, 227 e 230 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 8.116, de 16 de julho de 2021, que regulamenta a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017 no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006, que define parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA);

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 169, de 13 de novembro de 2014, que trata da proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, conforme a política nacional de atendimento à criança e ao adolescente prevista nos artigos 86 e 87, incisos I, III, V e VI, e artigo 88 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 213, de 20 de novembro de 2018, que aborda estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa e outras providências;

CONSIDERANDO os artigos 5º, 26 e 27 da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, em todo o território nacional, dos casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde públicos ou privados;

CONSIDERANDO a Lei nº 665/2021, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº 594/2017, de 14 de junho de 2017, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO que a intersetorialidade é um dos pilares para a efetivação das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia de direitos;

CONSIDERANDO que a Política de Assistência Social possui, por natureza, o caráter articulador das demais políticas, visando assegurar atendimento e proteção integral aos munícipes para enfrentar e superar situações de vulnerabilidade e risco social;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver um trabalho intersetorial e integrado para o enfrentamento das violências contra a Criança e o Adolescente, a Pessoa com Deficiência, a Mulher e a Pessoa Idosa;

DECRETA:

Art. 1º Fica formalizada e regulamentada a Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras – PR e a Comissão Coordenadora de São José das Palmeiras – PR.

Parágrafo único: A Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras – PR, poderá ser denominada como RAPS.

Art. 2º A Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras, com base nas disposições legais, articula ações integradas e intersetoriais entre serviços e instituições para prevenir e intervir em situações de violação dos direitos dos seus usuários.

Art. 3º A Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras, tem caráter mediador, consultivo, articulador, preventivo e propositivo, visando a promoção das políticas públicas voltadas a toda a população, objetivando preservar a garantia de direitos, atender adequadamente o público, implementar mecanismos de comunicação e formalizar fluxos de encaminhamentos.

Parágrafo único: A organização da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras, está fundamentada em relações horizontais, dinâmicas e de múltiplos níveis e lideranças, sem hierarquia.

Art. 4º A Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras, será constituída pelos representantes das políticas e serviços, governamentais e não governamentais, devendo cada órgão direcionar, por meio de ofício, um titular e um suplente para a articulação de intervenções e monitoramento visando garantir os direitos de seus usuários:

I -Política de Assistência Social:

- a) Proteção Social Básica;
- b) Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;
- c) Órgão Gestor da Assistência Social.

II– Política de Saúde:

- a) Atenção Primária à Saúde;
- b) Vigilância Epidemiológica;
- c) Saúde Mental.

III – Política de Educação:

- a) Educação Infantil;
- b) Ensino Fundamental Séries Iniciais;

IV – Política de Segurança Pública;

V – Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

§1º Os membros indicados serão nomeados por ato do Prefeito para o exercício da representação pelo período de dois anos, permitida recondução.

§2º Na hipótese de haver necessidade de substituição de membros, a indicação deverá ser formalizada por meio de ofício.

Art. 5º São atribuições da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras, por meio de sua Comissão Coordenadora:

I - Reunir-se para análise, estudo e deliberações sobre casos específicos atinentes à atuação da Rede, especialmente os casos que envolvam situações de risco e vulnerabilidades;

II - Abordar, de forma intersetorial e interdisciplinar, a prática de ações concretas para garantir a efetivação dos direitos;

III -Articular e implementar, operacionalmente, ações a serem desenvolvidas nas instituições de ensino, entidades de atendimento e órgãos públicos;

IV -Elaborar planejamentos estratégicos a curto, médio e longo prazo para a superação das vulnerabilidades e situações apresentadas;

V-Estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades programadas e das ações desenvolvidas no âmbito da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras;

Art. 6º A estrutura da Rede de Atenção Proteção Social de é composta por:

I -Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras: composta por todos os trabalhadores que atuam nos diferentes serviços que atendem a população do Município de São José das Palmeiras, conforma o Art. 4º deste Decreto, indicados por seus respectivos gestores por meio de ofício.

II - Plenária: composta por membros presentes, representantes dos órgãos governamentais e não governamentais prestam serviço à população do município de São José das Palmeiras – PR;

III -Comissão Coordenadora: composta por Coordenador(a), Vice-coordenador(a) e Secretário(a), incluindo os gestores municipais das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação;

IV -Núcleos Temáticos: composição e temas serão definidos pela Plenária da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras, em regimento Interno.

§1º A Comissão Coordenadora será eleita em plenária da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras – PR.

§2º O mandato da Comissão Coordenadora será de dois anos, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos.

§3º O mandato dos gestores municipais estará sujeito à ocupação do cargo.

Art. 7º A Comissão Coordenadora da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras – PR, com base nas disposições legais, articula ações integradas e intersetoriais entre os serviços e instituições, para prevenir e intervir diante das situações de violação dos direitos de seus usuários.

Art. 8º A função de membro da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras – PR é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, devendo o representante de cada serviço prestar informações sobre as respectivas demandas e encaminhamentos aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões ordinárias, extraordinárias e de núcleos temáticos.

Art. 9º A Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras/PR, deverá elaborar instrumentos que facilitem a

comunicação, orientação e encaminhamentos realizados entre os serviços, respeitando os protocolos e fluxos internos de cada serviço.

Art. 10. Os instrumentos e documentos serão discutidos e elaborados pela Comissão Coordenadora da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras/PR e deverão ser aprovados pela plenária.

Parágrafo único: Será permitida a convocação dos demais membros da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras para contribuir com o processo de análise dos instrumentos.

Art. 11. A Ficha de Referência e Contrarreferência é um instrumento de comunicação e encaminhamento, referendada pelos Conselhos Municipais, sendo vedada sua alteração sem prévia análise da Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras PR.

Art. 12. A Rede de Atenção e Proteção Social de São José da/PR pode, a qualquer momento, elaborar, alterar ou extinguir seus instrumentos, incluindo os protocolos e fluxos, que servem para organizar e padronizar os encaminhamentos entre os serviços de cada política. Esses protocolos e fluxos podem ser criados ou extintos conforme a demanda apresentada pela RAPS.

Art. 13. Os protocolos serão apresentados com as devidas descrições de cada processo, com fluxograma, quando necessário.

Art. 14. As reuniões Rede de Atenção e Proteção Social de São José das Palmeiras/PR, acontecerão ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 15. Informações como dia, horário, local e forma de convocação serão regulamentadas através de Regimento Interno, que deverá ser elaborado pela Comissão Coordenadora.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal, 25 de novembro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:3DFB24AB

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/11/2024. Edição 3160

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>